

Fernanda Marinela

DIREITO ADMINISTRATIVO

9ª edição
2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curio
Gerência de concursos Roberto Navarro
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Iris Lopes de Mello Dias Ferrão

Coordenação geral Clárisa Baraschi Maria
Preparação de originais Maria Izobel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte, diagramação e revisão Know-how Editorial
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Tiago Dela Rosa

Capa Casa de Ideias

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Pro! Editora Gráfica
Acabamento Pro! Editora Gráfica

ISBN 978-85-02-62681-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinela, Fernanda

Direito administrativo / Fernanda Marinela. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo
 - Concursos - Brasil I. Título.

15-01436 CDU-35

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 35

Data de fechamento da edição: 16-4-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

136.018.009.001

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	9
<i>Apresentação da Sexta Edição</i>	25
<i>Nota à Nona Edição</i>	27
<i>Nota à Oitava Edição</i>	31
<i>Nota à Sétima Edição</i>	35
CAPÍTULO 1 – Noções Preliminares	39
1. Direito	39
2. Direito Administrativo	40
2.1. Conceito	40
2.2. Relação com outros ramos do Direito	43
2.3. Fontes do Direito Administrativo	45
2.4. Codificação do Direito Administrativo	50
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo	51
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo	51
2.7. Sistemas administrativos	52
3. Estado, Governo e Administração Pública	52
3.1. Estado	52
3.1.1. Poderes e funções do Estado	53
3.1.2. Organização do Estado	55
3.2. Governo	55
3.3. Administração Pública	56
4. Atividade administrativa	57
5. Quadro sinóptico	57
CAPÍTULO 2 – Regime Jurídico Administrativo	59
1. Conceito de regime jurídico administrativo	59
2. Distinção entre princípios e regras	60
3. Princípios do Direito Administrativo	61
3.1. Princípio da supremacia do interesse público	62
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público	63
3.2.1. Conceito de interesse público	63
3.3. Princípio da legalidade	65
3.4. Princípio da impessoalidade	68

Direito Administrativo

3.5. Princípio da finalidade.....	72
3.6. Princípio da moralidade	73
3.7. Princípio da publicidade.....	74
3.8. Princípio da eficiência.....	78
3.9. Princípio da isonomia	80
3.10. Princípio do contraditório.....	84
3.11. Princípio da ampla defesa.....	85
3.12. Princípio da razoabilidade.....	87
3.13. Princípio da proporcionalidade	89
3.14. Princípio da continuidade	90
3.15. Princípio da autotutela.....	96
3.16. Princípio da especialidade	97
3.17. Princípio da presunção de legitimidade	98
3.18. Princípio da motivação.....	99
3.19. Princípio da segurança jurídica	100
4. A inobservância de um princípio	101
5. Quadro sinóptico.....	101
6. Súmulas correlatas.....	104
6.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	104
6.2. Súmulas STF	104
6.3. Súmulas STJ	105
7. Decisões interessantes	106
CAPÍTULO 3 – Organização da Administração	125
1. Administração Pública – Organização Administrativa	125
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	126
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes	127
2. Formas de prestação da atividade administrativa	128
2.1. Formas de descentralização.....	129
3. Órgãos públicos.....	131
3.1. Principais características	132
3.2. Classificação.....	135
4. Administração Direta.....	137
5. Administração Indireta.....	138
5.1. Características gerais.....	138
5.2. Autarquias	142
5.2.1. Conceito e outras considerações	142
5.2.2. Regime jurídico	143
5.2.3. Autarquias profissionais	159
5.2.4. Autarquias territoriais	169
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	169
5.3. Agências reguladoras.....	169
5.3.1. Conceito e função	169
5.3.2. Espécies de agências	170
5.3.3. Regime especial.....	171
5.3.4. Características	172

5.4. Fundação pública.....	176
5.4.1. Conceito.....	176
5.4.2. Natureza jurídica.....	177
5.4.3. Fundação pública de direito público	180
5.4.4. Fundação pública de direito privado	181
5.5. Agências executivas	182
5.6. Empresas estatais.....	184
5.6.1. Conceitos.....	184
5.6.2. Finalidades	185
5.6.3. Regime jurídico	185
5.6.4. Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	205
6. Quadro sinóptico.....	206
7. Súmulas correlatas.....	209
7.1. STF – Súmulas Vinculantes	209
7.2. Súmulas do STF	210
7.3. Súmulas do STJ.....	211
8. Decisões interessantes	212
CAPÍTULO 4 – Terceiro Setor	223
1. Setores da economia nacional.....	223
2. Entes de cooperação	224
2.1. Serviços sociais autônomos	225
2.2. Entidades de apoio.....	227
2.3. Organizações sociais	229
2.4. Organizações da sociedade civil de interesse público	233
2.4.1. Semelhanças e distinções entre OS e Oscip.....	234
2.5. Organização da sociedade civil	234
3. Parcerias voluntárias – Marco Regulatório	235
3.1. Histórico e conceito.....	235
3.2. Organização da Sociedade Civil.....	236
3.3. Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41).....	237
3.4. Formalização.....	238
3.4.1. Seleção.....	238
3.4.1.1. Procedimento de manifestação de interesse público	238
3.4.1.2. Chamamento público.....	238
3.4.2. Novos instrumentos – termo de colaboração e termo de fomento.....	241
3.5. Medidas para execução e eficiência da parceria	243
3.5.1. Planejamento.....	243
3.5.2. Regras para execução	243
3.5.3. Monitoramento e avaliação	244
3.5.4. Prestação de contas.....	245
3.6. Responsabilidades e sanções.....	246
4. Quadro sinóptico.....	246
5. Súmulas correlatas.....	249

Direito Administrativo

5.1. Súmulas do STF	249
5.2. Súmula do STJ	250
6. Decisões interessantes	250

CAPÍTULO 5 – Poderes da Administração e dos Administradores 257

1. Conceito.....	257
2. Características.....	257
3. Poder vinculado e poder discricionário	258
4. Poder regulamentar	259
4.1. Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos	259
4.2. Tipos de regulamento.....	260
4.3. Controle dos atos administrativos	263
5. Poder hierárquico	265
6. Poder disciplinar.....	267
7. Poder de polícia.....	269
7.1. Conceito	269
7.2. A expressão “poder de polícia”	270
7.3. Fundamento e essência do poder de polícia.....	271
7.4. Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia	272
7.5. Delegação dos atos de polícia.....	272
7.6. Atributos do poder de polícia.....	274
7.7. Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade	276
7.8. Controle dos atos de polícia.....	276
7.9. Setores da polícia administrativa	277
7.10. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	277
8. Poderes e deveres do administrador público.....	277
8.1. Deveres do administrador	278
8.2. Uso e abuso de poder.....	278
8.3. Formas de abuso de poder	279
8.4. Abuso de poder e legalidade	279
9. Quadro sinóptico.....	280
10. Súmulas correlatas.....	281
10.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	281
10.2. Súmulas STF	282
10.3. Súmulas STJ	282
11. Decisões interessantes	283

CAPÍTULO 6 – Ato Administrativo..... 301

1. Introdução e conceito.....	301
1.1. Ato e fato jurídico	301
1.2. Ato da administração e ato administrativo.....	303
1.3. Conceito de ato administrativo	304
2. Vinculação e discricionariedade	306
3. Elementos do ato administrativo	309
3.1. Sujeito competente	310
3.1.1. Principais regras.....	310

3.2. Forma.....	312
3.2.1. Princípio da solenidade.....	313
3.2.2. Silêncio administrativo.....	314
3.2.3. Vício na forma	315
3.3. Motivo	316
3.3.1. Legalidade do motivo	316
3.3.2. Principais distinções	317
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes.....	320
3.4. Objeto	322
3.4.1. Requisitos de validade	323
3.4.2. Discricionariedade e vinculação.....	323
3.5. Finalidade.....	323
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade.....	324
3.6. Quadro comparativo.....	325
4. Mérito administrativo.....	326
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário	327
5. Atributos do ato administrativo.....	329
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade.....	330
5.2. Autoexecutoriedade.....	331
5.3. Imperatividade.....	331
5.4. Tipicidade.....	332
6. Classificação.....	332
6.1. Quanto aos destinatários.....	332
6.2. Quanto ao alcance.....	333
6.3. Quanto à manifestação de vontade.....	334
6.4. Quanto ao grau de liberdade	334
6.5. Quanto ao objeto	334
6.6. Quanto à formação.....	335
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	336
6.8. Quanto aos efeitos	336
6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica.....	337
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	337
7. Modalidades de atos administrativos	337
7.1. Atos normativos.....	337
7.2. Atos ordinatórios	338
7.3. Atos negociais	339
7.4. Atos enunciativos.....	342
7.5. Atos punitivos	344
8. Formação e efeitos	344
8.1. Perfeição	344
8.2. Validade.....	345
8.3. Eficácia	345
8.4. Possíveis combinações.....	346
9. Extinção do ato administrativo.....	347
9.1. Formas de extinção	348
9.2. Invalidação.....	349
9.2.1. Formas de invalidação.....	349

Direito Administrativo

9.2.2. Anulação	350
9.2.3. Convalidação e sanatória	354
9.2.4. Estabilização de efeitos.....	355
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo	360
9.3. Revogação.....	361
9.4. Coisa julgada administrativa.....	364
10. Quadro sinóptico.....	364
11. Súmulas correlatas.....	369
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	369
11.2. Súmulas STF	370
11.3. Súmulas STJ.....	371
12. Decisões interessantes	371
CAPÍTULO 7 – Licitação.....	383
1. Conceito e finalidades.....	383
2. Competência para legislar.....	384
3. Sujeitos à licitação.....	388
4. Princípios básicos	391
5. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	395
5.1. Inexigibilidade.....	397
5.1.1. Pressupostos para a realização da licitação.....	397
5.1.2. Objeto licitável e a pluralidade	398
5.1.2.1. Bem singular.....	398
5.1.2.2. Serviços singulares	398
5.1.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade.....	400
5.2. Dispensa de licitação	401
5.2.1. Hipóteses de licitação dispensável.....	402
5.3. Imperfeições.....	407
6. Registros de preços	407
7. Registros cadastrais	409
8. Modalidades.....	410
8.1. Concorrência.....	413
8.2. Tomada de preços	414
8.3. Convite	415
8.4. Concurso	417
8.5. Leilão	417
8.6. Pregão	418
8.6.1. Pregão eletrônico	420
8.7. Outras modalidades	421
9. Algumas licitações.....	422
9.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	422
9.2. Licitações internas e internacionais.....	423
9.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	424
9.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade	426
9.5. Regime Diferenciado de Contratações (RDC).....	427
10. Comissões de licitação.....	430

11. Procedimento.....	431
11.1. Procedimento da concorrência	432
11.1.1. Fase interna.....	432
11.1.2. Fase externa.....	439
11.2. Procedimento para tomada de preços	448
11.3. Procedimento para convite.....	449
11.4. Procedimento para concurso	449
11.5. Procedimento para leilão.....	450
11.6. Procedimento para pregão.....	450
11.7. Procedimento do pregão eletrônico.....	453
11.7.1. Fase interna.....	453
11.7.2. Fase externa.....	454
12. Recursos.....	457
13. Quadro sinóptico.....	459
14. Súmulas correlatas.....	463
14.1. Súmulas STF	463
14.2. Súmula STJ.....	463
15. Decisões interessantes	463
CAPÍTULO 8 – Contratos Administrativos.....	483
1. Conceito.....	483
2. Características.....	484
3. Formalismo	485
4. Cláusulas necessárias.....	488
5. Garantia.....	490
6. Duração do contrato.....	491
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	493
8. Cláusulas exorbitantes.....	494
9. Alteração contratual.....	496
9.1. Teoria da imprevisão	500
10. Responsabilidades.....	501
11. Regras para entrega do objeto do contrato	505
12. Formas de extinção.....	506
13. Sanções	510
14. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	513
15. Contratos em espécie.....	514
15.1. Contratos propriamente ditos	514
15.2. Contrato de concessão	515
15.3. Contrato de permissão de serviço público.....	516
15.4. Contrato de gestão.....	516
16. Convênios e consórcios	518
17. Consórcios públicos.....	520
18. Quadro sinóptico.....	527
19. Súmulas correlatas.....	530
19.1. Súmulas STF	530
19.2. Súmulas STJ.....	531
20. Decisões interessantes	531

CAPÍTULO 9 – Serviços Públicos.....	547
1. Conceito e elementos definidores.....	547
2. Princípios.....	548
2.1. Princípio da continuidade.....	550
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	551
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço.....	553
3. Determinação constitucional.....	560
4. Classificação.....	561
5. Delegação do serviço público.....	564
5.1. Concessão comum de serviço público.....	565
5.1.1. Fundamento legal.....	565
5.1.2. Conceito.....	565
5.1.3. Poder concedente.....	566
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	567
5.1.4. O concessionário.....	568
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário.....	568
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário.....	571
5.1.6. Natureza jurídica.....	571
5.1.7. Distinções.....	572
5.1.8. Formalidades da concessão.....	572
5.1.8.1. Procedimento licitatório.....	573
5.1.8.2. Contrato de concessão.....	575
5.1.8.3. Possibilidades de transferência.....	575
5.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	577
5.1.10. Formas de extinção.....	578
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares.....	580
5.2.1. Conceito.....	580
5.2.2. Legislação.....	580
5.2.3. Objetivos.....	581
5.2.4. Modalidades.....	582
5.2.5. Características.....	583
5.2.6. Diretrizes.....	584
5.2.7. Formalização da concessão especial.....	584
5.2.7.1. Procedimento licitatório.....	585
5.2.7.2. Contrato de concessão especial.....	586
5.2.7.3. Sociedade de propósito específico.....	588
5.2.8. Concessões especiais para o âmbito federal.....	589
5.3. Permissão de serviço público.....	591
5.3.1. Conceito e requisitos.....	591
5.3.2. A precariedade e a formalização.....	591
5.3.3. Principais diferenças.....	593
5.4. Autorização de serviço público.....	594
6. Quadro sinóptico.....	595
7. Súmulas correlatas.....	598
7.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	598
7.2. Súmulas STF.....	598

7.3. Súmulas STJ.....	599
8. Decisões interessantes.....	599
CAPÍTULO 10 – Agentes Públicos.....	615
1. Conceito.....	615
2. Classificação.....	616
2.1. Agentes políticos.....	617
2.2. Servidores estatais.....	619
2.2.1. Servidores públicos.....	620
2.2.1.1. Regime jurídico dos servidores públicos.....	620
2.2.1.1.1. Regime jurídico único.....	623
2.2.1.1.2. A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	625
2.2.1.1.3. Garantia de manutenção do regime jurídico.....	628
2.2.2. Servidores de entes governamentais de direito privado.....	630
2.3. Particulares em colaboração com a administração.....	632
3. Organização funcional.....	634
3.1. Conceitos.....	634
3.1.1. Cargo público.....	634
3.1.2. Função pública.....	635
3.1.2.1. Cargo em comissão e função de confiança: distinção.....	636
3.1.3. Emprego público.....	637
3.1.4. Contrato temporário.....	638
3.2. Cargo público – regras gerais.....	639
3.2.1. Classificação.....	639
3.2.2. Provimento.....	640
3.2.3. Nomeação, posse e exercício.....	645
3.2.4. Formas de deslocamento.....	646
3.2.5. Vacância.....	647
3.2.6. Desinvestidura – exoneração e demissão.....	648
4. Regras constitucionais.....	651
4.1. Acessibilidade.....	651
4.2. Concurso público.....	652
4.2.1. Exceções ao concurso público.....	654
4.2.2. Requisitos para concurso.....	662
4.2.3. Publicidade.....	675
4.2.4. Mudança no edital de concurso.....	677
4.2.5. Prazo de validade.....	679
4.2.6. Direito à nomeação.....	679
4.2.7. Realização de novo concurso público.....	686
4.2.8. Concurso público e a possibilidade de controle.....	687
4.2.9. Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	689
4.2.10. Contratação irregular – consequências.....	693
4.3. Competência para julgamento das ações.....	695
4.4. Contratação temporária.....	696

Direito Administrativo

4.5. Estabilidade.....	702
4.5.1. Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade	702
4.5.2. Estabilidade e o texto constitucional.....	703
4.5.2.1. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público.....	707
4.5.2.2. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado.....	709
4.5.2.3. Estabilidade em resumo.....	709
4.5.3. Estabilidade e dispensa	710
4.5.4. Estágio probatório.....	715
4.6. Direito de greve.....	720
4.7. Direito à sindicalização.....	725
4.8. Acumulação	725
4.9. Sistema remuneratório.....	729
4.9.1. Modalidades remuneratórias.....	729
4.9.2. Regras para fixação da remuneração.....	732
4.9.3. Revisão remuneratória.....	733
4.9.4. Teto remuneratório.....	735
4.9.5. Princípio da irredutibilidade	742
4.9.6. Princípio da isonomia	743
4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação	744
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	745
4.10. Direitos sociais.....	746
4.11. Limite de despesas com pessoal	748
4.12. Aposentadoria.....	750
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	750
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	753
4.12.3. Modalidades.....	761
4.12.4. Princípio da integralidade	764
4.12.5. Princípio da paridade.....	765
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar	765
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas	767
4.12.8. Cenário atual	769
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	771
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários	777
7. Quadro sinóptico.....	779
8. Súmulas correlatas.....	785
8.1. Súmulas Vinculantes.....	785
8.2. Súmulas do STF.....	786
8.3. Súmulas do STJ.....	788
8.4. Súmulas do TST.....	789
9. Decisões interessantes	790
CAPÍTULO 11 – Bens Públicos	821
1. Domínio Público	821
2. Conceito.....	821

3. Competência legislativa.....	825
4. Classificação dos bens públicos.....	825
5. Afetação e desafetação.....	829
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	830
7. Aquisição de bens para o patrimônio público.....	833
8. Alienação de bens públicos.....	836
9. Gestão de bens públicos.....	839
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	841
10. Bens públicos em espécie.....	843
11. Quadro sinóptico.....	848
12. Súmulas correlatas.....	850
12.1. Súmulas do STF.....	850
12.2. Súmula do STJ.....	851
13. Decisões interessantes.....	851
CAPÍTULO 12 – Intervenção na Propriedade.....	865
1. Direito de propriedade.....	865
2. Intervenção na propriedade.....	866
3. Fundamentos e regras constitucionais.....	866
4. Modalidades de intervenção.....	867
4.1. Limitação administrativa.....	868
4.1.1. Indenização.....	869
4.1.2. Controle.....	874
4.2. Servidão administrativa.....	874
4.2.1. Elementos definidores.....	875
4.2.2. Formas de constituição.....	876
4.2.3. Indenização.....	877
4.2.4. Distinções.....	877
4.2.5. Causas extintivas.....	878
4.2.6. Modalidades.....	879
4.3. Requisição.....	879
4.4. Ocupação temporária.....	881
4.4.1. Hipóteses de ocupação temporária.....	881
4.4.2. Distinções.....	883
4.5. Tombamento.....	883
4.5.1. Conceito e características.....	883
4.5.2. Natureza jurídica.....	884
4.5.3. Competência.....	886
4.5.4. Bens objeto de tombamento.....	886
4.5.5. Modalidades.....	888
4.5.6. Obrigações.....	888
4.5.7. Indenização.....	890
4.5.8. Procedimento.....	891
4.5.9. Extinção.....	892
4.6. Desapropriação.....	892
4.6.1. Objeto.....	894
4.6.2. Competência.....	896

Direito Administrativo

4.6.3. Modalidades de desapropriação.....	898
4.6.3.1. Desapropriação comum.....	898
4.6.3.2. Desapropriação sancionatória.....	900
4.6.3.3. Desapropriação indireta.....	905
4.6.3.4. Desapropriação privada.....	909
4.6.4. Situações especiais – destinação dos bens desapropriados.....	910
4.6.5. Procedimento administrativo.....	911
4.6.6. Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	914
4.6.7. Da indenização.....	917
4.6.8. Ação de desapropriação rural.....	923
4.6.9. Desapropriação de enfiteuse.....	924
4.6.10. Direito de extensão.....	925
4.6.11. Tredestinação.....	925
4.6.12. Retrocessão.....	925
5. Quadro sinóptico.....	927
6. Súmulas correlatas.....	932
6.1. STF – Súmula Vinculante.....	932
6.2. Súmulas do STF.....	932
6.3. Súmulas do STJ.....	933
7. Decisões interessantes.....	934
CAPÍTULO 13 – Responsabilidade Civil do Estado.....	953
1. Aspectos gerais – fundamentos.....	953
2. Evolução.....	954
3. Tipos de responsabilidade.....	957
4. Elementos definidores.....	958
4.1. Sujeitos.....	959
4.2. Conduta estatal lesiva.....	961
4.3. Dano indenizável.....	968
4.4. A indenização.....	970
4.5. Hipóteses de exclusão.....	972
5. Vias para reparação do dano.....	974
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	974
7. Ação regressiva.....	977
8. Denúnciação da lide.....	978
9. Prescrição.....	979
10. Quadro sinóptico.....	984
11. Súmulas correlatas.....	986
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	986
11.2. Súmula STF.....	986
11.3. Súmulas STJ.....	987
12. Decisões interessantes.....	987
CAPÍTULO 14 – Controle da Administração.....	999
1. Introdução e conceito.....	999
2. Evolução.....	999
3. Controle do Estado – atividade política e atividade administrativa.....	1000

4. Controle da atividade administrativa.....	1001
4.1. Classificação.....	1003
4.1.1. Quanto ao órgão controlador	1003
5. Controle administrativo	1007
5.1. Aspectos gerais.....	1007
5.2. Meios de controle.....	1008
5.3. Órgãos específicos de controle	1011
6. Controle legislativo.....	1014
6.1. Tribunais de Contas	1015
7. Controle judicial	1017
7.1. Meios de controle judicial.....	1018
7.1.1. Mandado de segurança.....	1018
7.1.2. Ação popular	1021
7.1.3. Ação civil pública.....	1022
7.1.4. Mandado de injunção.....	1023
7.1.5. <i>Habeas data</i>	1024
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1024
8. Atos <i>interna corporis</i>	1025
9. Quadro sinóptico.....	1026
10. Súmulas correlatas.....	1029
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1029
10.2. Súmulas STF	1029
10.3. Súmulas STJ.....	1031
11. Decisões interessantes	1032
CAPÍTULO 15 – Processo Administrativo.....	1047
1. Conceito.....	1047
2. Fontes do processo administrativo	1047
3. Objetivos e obrigatoriedade	1048
4. Princípios do processo administrativo	1050
4.1. Princípio do devido processo legal	1050
4.2. Princípio do contraditório.....	1051
4.3. Princípio da ampla defesa	1052
4.4. Princípio da verdade real	1056
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade	1056
4.6. Princípio da motivação	1057
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1058
4.8. Princípio da oficialidade.....	1058
4.9. Princípio da autotutela.....	1059
4.10. Princípio da celeridade.....	1060
5. Modalidades de procedimento	1061
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1061
6.1. Aspectos gerais.....	1061
6.2. Fases do procedimento.....	1065
7. Procedimento administrativo disciplinar	1069
7.1. Conceito e finalidade	1069
7.2. Tipos de procedimento disciplinar	1069

Direito Administrativo

7.2.1. Sindicância	1069
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito	1071
7.2.3. Processo sumário.....	1071
7.2.4. Verdade sabida	1073
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito.....	1074
7.4. Prescrição e duração do processo.....	1080
7.5. Independência das instâncias.....	1085
8. Controle pelo Poder Judiciário.....	1086
9. Quadro sinóptico.....	1086
10. Súmulas correlatas.....	1090
10.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1090
10.2. Súmulas STF	1091
10.3. Súmulas STJ	1091
11. Decisões interessantes	1092
Referências Bibliográficas	1109